

A pobreza da independência

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB) e membro da Comissão Internacional da Unesco para o Futuro da Educação

Amanhã, o Brasil comemora 200 anos de nação independente, sendo campeão de desigualdade, com 33 milhões de pessoas famintas e mais de 100 milhões com alimentação deficiente, cerca de 13 milhões de analfabetos — 25% da população pobre. A maioria é de raça negra e vive na região Nordeste. Esse é o maior fracasso de nossos 200 anos: a persistência da pobreza, apesar do êxito na economia que nos colocou entre as 10 nações mais ricas e o maior exportador de alimentos no mundo.

Desde 1822, tivemos dois imperadores, 38 presidentes, cerca de 10 mil parlamentares, milhares de intelectuais, mas a pobreza continua porque não desperta sentimento político de solidariedade, nem entendimento conceitual correto. A insensibilidade dos dirigentes em relação ao sofrimento dos pobres e a lógica equivocada sobre como nossos intelectuais explicam e propõem como superar a pobreza, explicam a pobreza da independência. O problema está no coração dos políticos e na mente de seus assessores: os primeiros não sofrem por causa da pobreza, os outros não entendem a real dimensão da pobreza, as causas e os meios para superá-la. A pobreza foi sequestrada pela elite no poder e pelo pensamento econômico. Não é vista como problema fundamental a ser enfrentado, e acredita-se que o crescimento da economia elimina a pobreza ao distribuir a renda ampliada.

Da mesma forma que, por 350 anos, a minoria branca e livre não se importou com os escravos, nem entendeu a importância da abolição para o país, há 135 anos, as classes privilegiadas aceitam com naturalidade o abandono de brasileiros na exclusão social da pobreza. Se os abolicionistas pensassem como economistas, a escravidão existiria até hoje, esperando o crescimento econômico. A escravidão foi abolida ao ser tratada como questão ética. É assim que a pobreza deve ser tratada. A superação da pobreza vai exigir que também seja tratada como imoral, uma vergonha a ser abolida.

Ao mesmo tempo, será preciso mudar o enfoque técnico de como é enfrentada. A principal causa da pobreza é a pobreza no entendimento de sua causa. A pobreza não decorre da falta de crescimento e renda na economia, mas por falta de comida, moradia, água, esgoto, atendimento médico, transporte urbano, escola, segurança. Desses itens, apenas comida e transporte dependem da renda pessoal, o resto exige políticas sociais e serviços públicos do Estado. Para solucionar a questão da pobreza, é preciso perceber que, como a escravidão, ela afeta não apenas os pobres, mas amarra toda a sociedade.

Depois de 200 anos, a independência precisa criar o que Joaquim Nabuco chamou, no século 19, de “instinto nacional” pela erradicação da escravidão. Agora, pela superação da pobreza com vontade e missão nacionais, e com o entendimento correto das políticas sociais e dos serviços públicos a serem ofertados a todos, com uma estratégia que assegure a cada um o que precisa para sair da pobreza. Entre eles, o mais importante é a educação de qualidade para todos. A sua qualidade aumenta a produtividade e o tamanho da renda nacional; a equidade para todas as crianças permite distribuir a renda, conforme o talento e o poder de pressão das massas pobres para obterem

novos benefícios. Educação de qualidade para todos quebra o círculo vicioso que caracteriza os 200 anos de independência omissa diante da pobreza, tanto quanto foi diante da escravidão.

A pobreza de um pobre decorre da falta do essencial para sua sobrevivência plena. A pobreza da própria pobreza está na falta de sentimento político solidário e de um conceito técnico correto para explicá-la e superá-la. Até hoje, não tivemos governo com propósito de assegurar a cada família o necessário para não ser pobre. A pobreza foi sequestrada pela economia, no lugar de a economia ser instrumento da estratégia de sua erradicação. E em consequência a economia seria dinamizada, porque



a pobreza é uma das causas do estancamento do progresso econômico, social e civilizatório, tanto quanto foi a escravidão ao longo de 66 dos 200 anos de independência.

Os Estados Unidos colocaram a missão de chegar à Lua antes das comemorações dos 200 anos de sua independência, o Brasil precisa definir sua missão a “segunda abolição” para as primeiras décadas de nosso terceiro século que se inicia amanhã. Para tanto, precisa querer politicamente superar a pobreza e entender corretamente as causas e as estratégias para a superação. Ao tolerar a permanência da pobreza, nossa independência é pobre: faz pobre milhões de brasileiros e esbarra no progresso.

Nas mãos do eleitor, o destino da Amazônia e o futuro do Brasil

» MARIANA MOTA

Bióloga e mestre em ecologia, é coordenadora de Políticas Públicas do Greenpeace, atua em redes da sociedade civil e com incidência em instâncias do poder

Não é de hoje que governar a maior floresta tropical do mundo é um grande desafio. Tal missão requer legislação robusta, instituições eficientes, cooperação federativa, capacidade operacional do Estado — com recursos humanos e financeiros, e, sobretudo, muita vontade. Aquela vontade traduzida de forma sutil como a causa poderosa que ecoa nas ações mais perceptíveis da governança e que gera transformação dos problemas públicos. Até para enxergar tais problemas há que ter vontade. Algo que o atual governo de Jair Bolsonaro se orgulha de não ter. Isso posto, este será um ano decisivo e o eleitor terá condições mais concretas de expressar o que se quer para a Amazônia.

O Estado existe para cumprir as legítimas necessidades dos cidadãos, implementando direitos, como a proteção constitucional do meio ambiente. Para isso, governos eleitos devem se valer de políticas públicas que assumem forma de normativos, programas, orçamentos e assim por diante. A decisão de negar aquilo que ameaça o interesse público, desmantelar o que está em curso ou ser leniente com ilegalidades, passa pelo descumprimento do dever de Estado e pelo avanço de um projeto doloso a fim de beneficiar fortes interesses individuais ou privados. Não há vácuo. Alguém ganha enquanto a coletividade perde.

A ciência prova que o desmatamento gera impactos irreversíveis. Além de armazenar carbono, pela localização e tamanho, a Amazônia é

fundamental para o regime das chuvas — o vapor d’água da floresta chega por massas de ar ao Sudeste e Sul do país. Os rios voadores abastecem reservatórios hídricos para geração de eletricidade, irrigação agrícola e fontes de água potável. Menos floresta gera problemas sociais como falta de água e aumento do preço da energia nas regiões mais populosas do país; leva, ainda, a eventos climáticos extremos — como secas prolongadas que afetam a produção agrícola ou chuvas intensas que provocam alagamentos e deslizamentos em áreas de risco. Problemas que fazem das famílias mais vulneráveis as maiores vítimas.

Assim como a fome, dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) mostram que três em cada 10 habitantes do Brasil enfrentaram insegurança alimentar de 2019 a 2021. A perda de florestas e seus efeitos no clima explicam parte desse problema: secas prolongadas e mais frequentes nas regiões de cultivo, diminuem a oferta de alimentos e favorecem a subida de preços. É ainda mais revoltante que as famílias brasileiras passem fome enquanto a exportação de produtos do agronegócio decola, com alta de 34% de janeiro a abril deste ano, segundo o Ipea. Puxada pela demanda global de commodities e dólar alto, o agronegócio — dos segmentos mais subsidiados no país — lucra exportando ao passo que diminui a oferta aos brasileiros. Isso se agrava na medida em que a agricultura familiar, de incontestável valor para o abastecimento

interno, sofre com o abandono de suas principais políticas públicas.

A falta de governo permite que a agropecuária de viés predatório, o garimpo, o roubo de madeira e a grilagem de terras públicas, tomem o controle da Amazônia. Criminosos ameaçam comunidades tradicionais e povos indígenas com violência e invasões de seus territórios — essenciais para a existência de seus saberes e fazeres. Segundo dados do INPE, a taxa de desmatamento da Amazônia teve aumento de 76% de 2018 a 2021. Enquanto nega o problema, o atual governo ataca políticas que funcionaram para reduzir o desmatamento em cerca de 80% entre 2004 e 2012, como o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia (PPCDAM) e o Fundo Amazônia, parado com cerca de R\$ 3 bilhões em doações internacionais desde 2019.

Sem floresta não há solução à fome, inflação, violência e demais problemas que batem à porta dos brasileiros. É preciso dar o recado nas urnas — ao atual governo e aos próximos — que a falta de vontade para salvar as florestas não será tolerada. O Brasil precisa eleger um projeto de desenvolvimento econômico que leve em conta o meio ambiente como ativo e que tenha espaço democrático com participação e transparência para que a sociedade cobre todos os dias. Este ano, o eleitor será o principal tomador de decisão do país. E é esse poder do voto que ditará os caminhos que nos levem à esperança da salvação da Amazônia e de todos nós.

A (perversa) imutável duração das leis

» UBIRATAN SANDERSON

Deputado federal, é vice-líder de governo na Câmara dos Deputados

Mudanças nas leis e adaptação das normas à nova realidade são processos naturais de qualquer Estado — ou, pelo menos, deveriam ser. Ter uma visão imobilizada e paralisada impede o pleno desenvolvimento da sociedade e nos prende à lógica do atraso. Terceiro presidente dos Estados Unidos e principal autor da *Declaração de Independência* daquele país, Thomas Jefferson (1743-1826) escreveu: “As leis e as instituições devem andar de mãos dadas com o progresso da mente humana. À medida que ela se torna mais desenvolvida, mais esclarecida, à medida que novas descobertas são feitas, novas verdades descobertas e modos e opiniões mudam, com a mudança das circunstâncias, as instituições devem avançar também para acompanhar os tempos”.

Essa frase, gravada no Jefferson Memorial, em Washington (EUA), mostra a importância de um país ter leis dinâmicas que acompanham os tempos. Será possível viver em um Estado regido por leis construídas décadas atrás? Seria possível o sistema financeiro brasileiro, com as fintechs e bancos cada vez mais tecnológicos, estar preso às regras dos anos 1970?

A imutabilidade é destrutiva para toda sociedade e afoga a energia da economia. O transporte fretado de passageiros no Brasil é um exemplo claro disso. Apesar de todos os esforços de setores da sociedade para estimular o crescimento desse setor, há ainda um movimento reacionário de manter a lógica atual por meio de regras, normas e legislações que há muito se tornaram arcaicas, e estão prejudicando mais de 15 milhões de brasileiros que já usam esse modal rodoviário.

O país tem hoje mais de 20 mil empresas de fretamento de ônibus, a maioria pequenas e médias, mas com alta capacidade de dinamismo tecnológico ao se aliarem às startups de aplicativos. Para prevalecer, no entanto, os fretadores têm travado uma batalha hercúlea para exercer seu direito de oferecer um serviço mais moderno e acessível à população. O setor de transportes ainda é regido pela regra de circuito fechado, de 1998, que obriga que o mesmo grupo de passageiros seja transportado na ida e na volta de uma viagem pelo mesmo ônibus. Uma regra anacrônica, de 24 anos, feita em uma época em que nem havia aplicativos e a internet ainda engatinhava. Hoje, o circuito fechado só existe para fechar o mercado, blindar as grandes viações e dificultar a entrada dos novos concorrentes.

O descompasso entre o que deseja a sociedade e o que impõem as instituições é provado em números. Recente pesquisa do Instituto Quaest mostrou que 88% dos brasileiros desejam alteração nas leis para que mais empresas ingressem no mercado, oferecendo alternativas aos viajantes. Além disso, 59% também afirmaram serem favoráveis à revisão do circuito fechado. E por que desejam mudanças? Porque o fretamento, possibilitado graças à facilidade da tecnologia, barateou custos. Levantamento da CheckMyBus, plataforma de pesquisa de preços presente em 80 países, concluiu que o valor médio dos bilhetes no Brasil caiu até 61% nos últimos dois anos.

Já a LCA Consultores estimou que a redução na média do preço das passagens de ônibus pode chegar a 20% com o fim do circuito fechado graças ao aumento da concorrência e competição: aumento de 7,85 milhões no número de passageiros transportados nos ônibus anualmente no Brasil. A abertura do mercado, ainda de acordo com a LCA, geraria um aumento de até R\$ 2,7 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) do nosso país, gerando mais 63,5 mil novos empregos e ampliando a arrecadação de tributos em R\$ 462,8 milhões.

A modernização do marco regulatório no setor de transporte rodoviário de passageiros é urgente. Já há na Câmara dos Deputados projetos em tramitação para combater o circuito fechado. Um deles é o Projeto de Decreto Legislativo 69/2020, que revoga portaria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que criminaliza o transporte fretado de passageiros.

A disputa explicitada no texto acima, entre as grandes viações e a inovação dos fretadores aliados aos aplicativos, é exemplo claro do que Thomas Jefferson quis chamar a atenção na carta que escreveu a Samuel Kercheval, em 12 de julho de 1816. Parece, infelizmente, que, no Brasil, mais de 200 anos depois, não entendemos ainda o recado.